AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ESTADO E MERCADO

ARMANDO LIRIO SOUZA; EDUARDO ERNESTO FILIPPI;

UFRGS-PGDR

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

armandolirio@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Desenvolvimento rural na perspectiva da relação Estado e mercado

Grupo de Pesquisa 9 : Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

Pretende-se partir de uma breve revisão sobre a noção de "Desenvolvimento Rural". Em 2001, a Revista Estudos Avançados da USP publicou em volume 15, número 43, o Dossiê Desenvolvimento Rural, cujo conteúdo apresenta diversos enfoques. Optou-se neste trabalho pela resenha dos artigos de três autores (Veiga, J. Eli; Navarro, Zander; Silva, José Graziano da). Trata-se realmente de um dossiê, pois se revela como uma síntese das principais discussões que envolvem tanto o debate sobre desenvolvimento como a especificidade do desenvolvimento rural brasileiro. O interesse em desenvolver essa primeira reflexão sobre os referenciais conceituais, à luz de bibliografias contemporânea relacionadas à própria noção de desenvolvimento rural, deve-se a diversas indagações e certo estranhamento a visão de desenvolvimento rural ora no âmbito do mercado ora como ação de Estado. Observou-se a necessidade de constituir um arcabouço teórico que nos permitisse identificar quais as interfaces da noção de desenvolvimento rural, ou noções de desenvolvimento rural, com a teoria econômica. Por um lado, a primeira vista, percebe-se que vários atores políticos utilizam esta referencia com base em alguns princípios básicos como a melhoria da

condição de vida da população (bem-estar) ou alterações na estrutura produtiva e de serviços das áreas rurais e a relação Estado e mercado.

Palavras Chaves: Desenvolvimento rural; Estado; Mercado.

Abstract

It is from a brief review on the concept of "rural development". In 2001, the Journal of Advanced Studies USP published in volume 15, number 43, the Rural Development Dossier, the content of which presents several approaches. Our choice is to work for the review of the articles of three authors (Veiga, Eli J.; Navarro, Zander; Silva, José Graziano's). This is really a dossier because it is as a summary of the main discussions involving both the debate on development as the specificity of rural development. The interest in developing this first reflection on the conceptual reference in the light of contemporary bibliographies related to the concept of rural development, is due to several questions and some strangeness the vision of rural development now under the market now with action of state. There is a need to provide a theoretical framework that would allow us identify the interfaces of the concept of rural development, or notions of rural development, with economic theory. First, the first sight, realizes that several political actors use this reference based on some basic principles such as the improvement of the condition of living of the (welfare) or changes in the production structure and services of rural areas and State and market relationship.

Keywords: rural development; State; Market.

1. Introdução

Recentemente a noção de desenvolvimento rural se tornou uma temática emergente no âmbito da pesquisa em ciências sociais e nas formulações de diretrizes de organismos governamentais e não governamentais. Há proposições que incorporou o conceito de território como estratégia de promoção de políticas públicas de múltiplas dimensões. A abordagem de desenvolvimento territorial rural se tornou base para concepção de políticas intervencionistas que abrangem aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No entanto, percebe-se um localismo exagerado. Abstraem-se as dinâmicas locais das relações com o sistema mundo. Isso normalmente resulta em receituários e formulas mirabolantes na maioria das vezes desconectadas da realidade e dos interesses dos agentes sociais locais. Torna-se homogêneo o desenvolvimento rural e abandona-se a influencia de variáveis políticas, particularmente aquelas que dizem respeitos às interfaces setoriais e as representações de poder que se estabelecem nos territórios rurais.

Pretende-se neste trabalho realizar uma breve referencia ao significado da noção de desenvolvimento rural e confrontá-la com debates macrossociais e macroeconômicos que permita articular a temática ao padrão de desenvolvimento da economia capitalista contemporânea, portanto, evidenciar o papel do rural no Brasil e questionar as políticas de desenvolvimento rural centradas no combate à pobreza propostas pelos organismos multilaterais que trazem na raiz dos seus diagnósticos a ausência de mercados competitivos ou a fragilidade das instituições como causa das mazelas e “atraso” do campo.

Faz-se esta interpretação à luz de uma bibliografia contemporânea de autores que constituem um arcabouço teórico voltado para a problemática do desenvolvimento e sobre o desenvolvimento rural. Ao final, busca-se evidenciar o sentido hegemônico da perspectiva voltada para o mercado em contraposição a ações de políticas públicas ativas. A ilusão de um desenvolvimento baseado em um mercado auto-regulável.

2. Visões sobre Estado e desenvolvimento

Conceituar desenvolvimento tem sido uma tarefa árdua para as ciências sociais e demais áreas do conhecimento que atuam no campo de interpretação da sociedade humana ou mesmo nos estudos que envolvem a relação sociedade-natureza. As visões clássicas de desenvolvimento para a América Latina, por um lado, perpassaram por ROSTOW (1961), cujo receituário previa alcançar o desenvolvimento por meio da superação de várias etapas. Por fim, se chegaria à fase áurea do desenvolvimento econômico simbolizado pela industrialização. Não obstante, os setores agrícolas e extrativistas eram condicionados a função de fornecedor de material prima e alimentos para a indústria, *locus* representativo da modernidade.

Por outro lado, a Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina - CEPAL representada pelo pensamento de Celso Furtado, particularmente sobre o estudo do caso brasileiro, revela-se limitada, porque centralizava sua tese no dualismo indústria-agricultura, compreendendo-os como setores sem unidade. Assim, a superação do setor agrário-exportador somente ocorreria mediante a possibilidade de introdução da industrialização, ou melhor, do desenvolvimento. Isto FURTADO (1974) chamou de modernização. A etapa agrário-exportadora seria superada, logo a seguir, em alguns países periféricos, pelo processo de substituição de importações. Portanto, haveria, de certa maneira, a expectativa na dinamização do mercado interno e o estabelecimento das bases da industrialização – "dinâmica interna".

No entanto, o desenvolvimento não ocorreu de forma homogênea e nem continua, muito menos por etapas, em condições que favorecesse somente as economias periféricas. Houve uma via de mão dupla que canalizou uma boa parte da riqueza gerada pela dinâmica interna para as economias centrais do capitalismo, consubstanciado na integração ao mercado mundial. Um exemplo cabal ocorreria nas condições das taxas de salários reais e da taxa de exploração que foram alteradas pelo grau de dependência que se estabeleceu entre economia central e periférica, pois nesta a produtividade do trabalho aumentou, mas, os salários foram rebaixados. Portanto, a tese

cepalina não privilegiou a inter-relação setorial, traduzida na relação de unidade e contradição entre agricultura e industrialização.

VEIGA (2001) cita Joan Robinson para dizer que o desenvolvimento é *difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer*. Isto remete as chances e opções de ampliação das possibilidades de escolhas, oportunidade e liberdade, conforme preconiza SEN (2000). Atualmente os organismos internacionais, após passarem por uma fase neo-malthusiana explicita, divulgam uma noção de desenvolvimento muito próximo das posições de SEN (2000) e de institucionalista como NORTH (2006), em que o mercado é compreendido de forma mais abrangente como um mecanismo capaz [...] "*de gerar crescimento econômico e, em algumas circunstâncias, até mesmo equidade econômica.*" (SEN, 2000, p. 22).

NORTH (2006) busca evidenciar os custos de transação, cuja característica relaciona-se aos atributos de valor dos bens e serviços, portanto, possuem aspectos imateriais ou direitos de propriedade ou avaliação do desempenho dos agentes, no âmbito tanto do mercado econômico como do mercado político. Contudo, são fundamentais para compreender as trajetórias percorridas pelas nações em busca do desenvolvimento. As disputas internas, a apropriação indevida dos resultados, o mal desempenho de uma política criam altos custos que inviabilizam a possibilidade de programar e executar determinadas ações governamentais e mesmo não-governamentais.

Segundo NORTH (2006), a noção neoclássica de custo de transação zero para garantir eficiência no mercado não é possível de ser confirmada. Obter informações para uma escolha correta, pressupõe mercados competitivamente perfeitos, contudo, essas informações são incompletas (informações assimétricas). Inclusive enfatiza a influência negativa dos altos custos da informação nos resultados econômicos. Por isso, a tese desse autor centraliza-se em destacar o papel das instituições enquanto definidores de regras e sustentáculo do desenvolvimento. Assim, [...] "*um conjunto de instituições políticas e econômicas que ofereça transação de baixo custo viabiliza a*

existência de mercados de produtos e fatores eficientes necessários ao crescimento econômico" (NORTH, 2006, p.13).

A lógica interpretativa de NORTH (2006) para alcançar a eficiência de mercado baseia-se na estruturação de instituições, que compreendam tanto as regras formais e informais. Isso permitiria criar oportunidades que poderão ser alcançadas por determinadas organizações em prol do bem-estar comum, em ambientes competitivo. Isto significa dizer, na maioria das vezes, que são necessárias inovações institucionais para promoção de reestruturações burocráticas e mudanças no curso do desenvolvimento, quando houver obstáculos substanciais a promoção dos ganhos agregados.

Por exemplo, a descentralização aparece como algo primordial na tomada de decisões, inclusive como inovação institucional, porque permite maior envolvimento dos agentes interessados pela execução de determinada política. Perceber este movimento dependerá das mudanças de concepção ou dos modelos mentais que fazem parte da cultura dos empresários, aqui considerados como principais agentes da mudança.

NORTH (2006) discorre sobre 3 tipos de mudanças: a mudança institucional; mudança de regras; e, mudança revolucionária. Esses processos de mudanças são avaliados e negociados em uma perspectiva de custo e benefícios. Portanto, essas mudanças podem ser gradativas quando há instituições mediadoras dos interesses dos diversos grupos, mas isto também dependerá do grau de complexidade da matriz institucional. Assim, podem-se evitar alterações bruscas que provoquem grande número de perdedores.

No entanto, quando essas instituições estão frágeis e o impasse instalado entre o interesse de grupos, ocorrem mudanças revolucionárias que nem sempre se constituem enquanto tal, pois os ganhos potenciais muitas vezes implicam em perda de liberdade, portanto, inviabilizam-se os ganhos reais e são criados maiores custos de transação. Nesse sentido, o papel do Estado liberal é central como incentivador de oportunidades. No entanto, é importante frisar a proposição de um caminho de transição para que as

instituições privadas voluntárias assumam a coordenação e promoção das políticas, em face das melhores condições de inovação institucional. Assim, defende-se a eliminação de qualquer possibilidade de haver perdedor. Há preocupação com a governança e governabilidade, porque poderia haver reações contrárias às proposições de políticas, consequentemente ameaças ao desenvolvimento sustentado. Procura-se manter certo grau de normalidade na sociedade. Portanto, as instituições liberais tornam-se primordiais para alcançar maiores desempenhos econômicos (MEDEIROS, 2001).

Percebe-se em SEN (2000) e NORTH (2006) sempre uma justificativa plausível, protegendo-os de uma redenção total ou mesmo um receio de defender o mercado como mecanismo perfeito de regulação, contudo, o colocam em uma posição de instituição de destaque para o desenvolvimento, portanto, com elevado grau de eficiência institucional. Ademais, as instituições liberais assumem papel relevante demonstrado que as relações Estado e mercado ainda não estão concluídas, conforme preconizavam os ditos "neoliberais". Além disso, conforme GRANOVETTER (2007, p. 30):

> *[...] a principal característica dos "novos economistas institucionais" é desviar a análise das instituições dos debates sociológicos, históricos e legais, e mostrar ao contrário, que elas resultam de soluções eficientes para os problemas econômicos. Essa missão e o penetrante funcionalismo que ela implica desencoraja a análise detalhada das estruturas sociais, que [...] constitui a chave para se compreender como as instituições existentes atingiram seu estado atual.*

A título de exemplo, observa-se a forte a influência do viés funcionalista do pensamento institucionalista em organismos multilaterais como o Banco Mundial (MEDEIRO, 2001). Em 2000, o documento voltado para a pobreza rural enfatiza a importância da ampliação dos mercados de bens, serviços e informação como maneira de proporcionar novas oportunidades, portanto, "*Encontrar maneras de aprovechar las oportunidades de crescimento, al mismo tiempo que se controlan los riesgos y se compensa a los perdedores, es un desafio para los diseñadores de políticas en todo el mundo*" (BANCO MUNDIAL, 2000, p.8). Ademais, o marco institucional de apoio à

descentralização figura como outra orientação importantes para alcançar o desenvolvimento.

As diretrizes do Banco Mundial para alcançar os pobres rurais se detêm tanto em fatores endógenos como em fatores exógenos. Segundo as premissas básicas, influenciariam decisivamente a capacidade de concretizar as ações voltadas para o desenvolvimento rural. Aparece no contexto exógeno, como pré-condição ao desenvolvimento rural, a efetiva abertura de mercado e a eliminação de subsídios. Isso permitiria acesso aos mercados globais para os produtos advindo dos países em desenvolvimento, portanto, tornar-se-ia efetiva a dinamização da produção agrícola local. Contudo, esses fatores exógenos estão distantes do grau de governabilidade do próprio Banco Mundial, porque, dependem de resoluções de cada país, pois implicaria em impactos na política agrícola das Nações desenvolvidas.

O receituário voltado para os fatores endógenos é bem próximo das propostas comumente divulgadas em outros documentos oficiais dos organismos multilaterais, como: reformas macroeconômicas; reformas tributárias; liberalização do comércio agrícola; permitir o desenvolvimento do mercado; estabelecer marco regulatório. Destaca-se a orientação para a formação de redes de proteção para os pobres e a reforma agrária, neste caso, mantém-se o caráter de mercado, ou seja, *"Merojar el funcionamento de los mercados de tierras y de las instituciones de administración de terras"* [...] (BANCO MUNDIAL, 2000, p.12). Observa-se que não há uma preocupação com a preservação do patrimônio social, algo contraditório a visão de mercado auto-regulável (POLANYI, 2000).

De certa forma, há uma concepção de que o desenvolvimento será alcançado pelas nações pobre e em desenvolvimento, à medida que realizam ajuste macroeconômico e institucional. Em ARRIGHI (1997), percebe-se uma outra proposição sobre desenvolvimento, pautada na reconceituação de semiperiferia[1], na qual o Brasil se

[1] Segundo ARRIGHI (1997, p. 242), "*Ao introduzir o conceito de semiperiferia, Immanuel Wallerstein sustentou que a existência da semiperiferia é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial. Politicamente, um sistema polarizado num setor pequeno e distinto de alto status e renda, de um lado, e um setor relativamente autônomo, de baixo statu e renda, de outro, levaria bastante rapidamente*

incorporar em uma condição de semiperiferia precária. Há duas críticas no que diz respeito à posição dos paises semiperiféricos e periféricos nas trocas desiguais e a compreensão equivocada de que desenvolvimento equivale à industrialização.

Antes de avançar nas proposições de ARRIGHI (1997) é importante lançar a seguinte questão orientadora: Qual o significado desta interpretação para o conceito de desenvolvimento e a noção de desenvolvimento rural? A primeira vista, revela-se a importância da inclusão de análises macrosociais e macroeconômicas ou as dinâmicas externas que influenciam o desenvolvimento endógeno. No segundo momento, apresentar os limites de visões teóricas ainda pautadas em perspectivas desenvolvimentistas e da dependência, assim, evidenciar o que representa mudanças de posição na divisão internacional do trabalho (relação núcleo orgânico/semiperiferia/periferia).

A bem da verdade, muitas visões sobre desenvolvimento ainda se apóiam em uma visão de ideologia do progresso para alcançar padrões de consumo ou internalizar modelos de industrialização semelhantes aos observados nos países do núcleo orgânico. Conforme DUPAS (2006, p. 138):

> *O mito do capitalismo racional previa que o progresso ocorreria consolidando-se um ciclo virtuoso de crescimento econômico baseado no fordismo e no taylorismo como processo de produção. Ele seria apoiado pela intervenção seletiva do Estado: onde o capital tem menor interesse em investir; como gerador de infra-estrutura básica; como provedor de capitais a baixos custos; e como criador de uma ampla rede de benefícios sociais à sua população, realimentando o circulo virtuoso que pressupunha a continuidade do consumo. O objetivo dessa estratégia era gerar desenvolvimento, tendo como base a manutenção constante da demanda.*

O contexto contemporâneo demonstrar transformação na própria base de industrialização dos países denominados de desenvolvidos. Há uma tendência a

---

a lutas profundas e desintegradoras. O grande meio político pelo qual essas crises são evitadas é a criação de setores "médios", que tendem a pensar em si mesmos, principalmente como estando em melhor situação do que o setor superior". Assim, estende-se para o sistema mundial uma analogia premente em relações sociais que permitiria compreender as relações núcleo orgânico-periferia.

desindustrialização[2]. Segundo, os dados do IBGE 2007 o setor terciário correspondente a aproximadamente 50% do PIB brasileiro. O que significa este processo de desindustrialização para os paises desenvolvidos e para os países em desenvolvimento? Haveria novas bases para o "desenvolvimento" dos países periféricos e da semiperiferia? Qual o papel das áreas rurais nesses países?

A ideologia do progresso baseada em melhoramentos técnicos e científicos (ALMEIDA, 1997) já não se sustenta face o aprofundamento da exclusão social e ao esgotamento do regime de acumulação fordista. A crise econômica mundial a partir da segunda metade dos anos 70 e a desaceleração das taxas de crescimento dos países da semiperiferia e periféricos ao longo das décadas de 80 e 90 ampliaram a distância ou a possibilidade de universalizar o desenvolvimento nessas economias, assim:

> *A análise dos sistemas mundiais sustenta que os países em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial enfrentam um problema de "adição" semelhante, e de muitas maneiras mais sério do que, àqueles enfrentado pelo indivíduos quando buscam riqueza pessoal numa economia nacional. As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanços econômicos para todos os Estados. [...] desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão [...] Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução*

[2] Segundo NASSIF (2006), é preciso compreender o significado da desisdustrialização para os países desenvolvidos diferentemente do seu significado para os países em desenvolvimento. Para os primeiros, a desindustrialização necessariamente não representou ausência de desenvolvimento, pois os indicadores de crescimento da renda per capita são o demonstrativo da manutenção de bem-estar, assim como, os diferenciais de produtividade entre o setor industrial e o setor serviço implica em desindustrialização decorrente de um fenômeno tecnológico. No entanto, para os países em desenvolvimento se deve observar a trajetória dos ganhos de produtividade do trabalho em relação à produção física de as taxas de investimento no setor industrial, em perspectiva de longo prazo. O caso brasileiro, não haveria a confirmação de que a economia teria se desindustrializado na década de 90. Um comparativo entre a década de 80, o período de 1991-1998 e pós 1999, NASSIF (2006), observa que na primeira fase houve um processo de desindustrialização decorrente da estaganção econômica de uma forte retração da produtividade do trabalho. Na década de 90, entre 1991-1998, houve aumento da produtividade do trabalho, mesmo ocorrendo uma queda na taxa bruta de formação de capital. Na fase pós-1999, observa-se que novamente a produtividade do trabalho se reduz, contudo, a conclusão do autor é que mesmo com as oscilações decorrente de queda de investimento, a taxa de participação da indústria doméstica se manteve estável ao longo dos períodos de análise, particularmente na década de 90. Em 2005, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial trabalhou com a noção de "desindustrialização relativa" (IEDI, 2005).

> *contínua da pobreza da maioria da população mundial (ARRIGHI, 1997, p. 217).*

Em tempo de globalização financeira, percebe-se que o volume de transferências financeiras via dívida externa moldou-se em um outro formato. Baseia-se agora no crescimento da dívida interna que alimenta, por meio da dívida pública, os ganhos financeiros do sistema internacional. Na fase do nacional desenvolvimentismo ou da "modernização conservador" houve certo direcionamento do capital de investimento para a estruturação de infra-estrutura econômica que consolidaria a industrialização de bens de capital e bens de luxo. Entretanto, a partir dos anos 90, a economia brasileira é inserida na financeirização contemporânea, cujo objetivo é a manutenção de reservas cambiais como mecanismo de sustentação contra os desequilíbrios externos. Portanto, a economia brasileira perdeu fundamentos setoriais e dedica-se a controles cambiais.

Conforme ARRIGHI (1997; 232):

> *O fato de a industrialização da semiperiferia não ter alterado a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial não significa que nada mudou. Pelo contrário, a industrialização da periferia foi parte de uma revolução social mais ampla que mudou radicalmente as condições de acumulação em escala mundial. Como observou Eric Hobsbawm,"O período de 1950 a 1975 [...] assistiu à mudança social mais espetacular, rápida, abrangente, profunda e global já registrada na história mundial [...] [Este] é o primeiro período em que o campesinato se tornou uma minoria, não apenas em países industriais desenvolvidos – em vários deles permaneceu muito forte – mas mesmo em países do Terceiro Mundo".*

Dessa forma, percebe-se que a manutenção de um volume considerável de população rural em países como o Brasil, malgrado os questionamentos sobre a taxa de urbanização nacional, implica em repensar o desenvolvimento, e particularmente o desenvolvimento rural em novas bases analíticas ou aprofundar determinadas concepções que se propõem como indicadoras de propostas de desenvolvimento para as

áreas rurais do Brasil. Entretanto, não de pode perder de vista o significado da inserção da posição de semiperiferia do Brasil na divisão internacional do trabalho, pois:

> *[...] o sucesso na luta contra a exclusão geralmente implica uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais os Estados semiperiféricos buscam especialização; e o sucesso na luta contra a exploração geralmente implica uma maior exploração dos Estados periféricos pelos Estados semiperiféricos. (ARRIGHI, 1997, p. 220).*

Em suma, o sistema mundo torna-se um campo de apoio para as análises sobre desenvolvimento na contemporaneidade. Os processos de hegemonização de um pensamento único, em tempo de globalização, não foram possíveis de estabelecer um padrão de desenvolvimento igualitário, pelo contrário, aprofundou as desigualdades entre nações e desestruturou econômica e socialmente uma parcela significativa de países, particularmente o Brasil. A ilusão do desenvolvimento e o não sentido da palavra desenvolvimento, propriamente a dificuldade de conceituá-la, representa exigência de adjetivação. Portanto, desenvolvimento rural ou em alguns casos desenvolvimento rural sustentável assumem significados, face as demandas de estruturação da base social e econômica do campo e as dificuldades de sustentação das economias urbanas. O caráter multifacetado da questão agrária contemporânea, não permite reduzi-la a uma situação de mercado. Políticas públicas inovadoras e direcionadas para o campo tornam-se urgentes, desde em uma compreensão integradora do desenvolvimento nacional.

3. A Noção de Desenvolvimento Rural à Luz de uma Perspectiva de Política Pública

A noção de desenvolvimento rural se insere neste contexto muitas vezes com um caráter evolucionista. Neste sentido, NAVARRO (2001, p. 88) ao definir o

desenvolvimento rural[3] como uma "ação *previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural*" demonstra o grau de intervenção do Estado nacional na construção e constituição de estratégias, metodologias e prioridades. Além disso, enfatiza que isto requer uma análise de desenvolvimento agrário, desta forma, amplia consideravelmente a abrangência dos estudos sobre desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que torna relevante o aspecto conjuntural. Portanto, o desenvolvimento rural exige uma contextualização de influências dos cenários macros social, econômico, político e ambiental, assim como da dinâmica *strito sensu* do mundo rural.

Isso evidencia um sentido de complexidade para a compreensão do conceito de desenvolvimento rural, porque um dos vários questionamentos apresentados por NAVARRO (2001) poderia se sintetizado em na seguinte pergunta: Há impulsos espontâneos frente à crise social? Na visão do referido autor, há no campo múltiplas realidades que perpassam desde a diversidade do mundo rural, que o autor chama de "estilos de agricultura", e por novas institucionalidades que possam perceber as dinâmicas locais e consolidar uma ampla articulação dos setores envolvidos no campo, "aliança pelo desenvolvimento rural", capaz de inverte a situação desfavorável do potencial intervencionista do Estado Nacional contemporâneo.

Em suma, percebe-se uma proposta que destaca a multifuncionalidade do significado de rural, que não se restringe à modernização agrícola, pois tem clara compreensão de seus limites, mas objetiva a valorização dos modos de vida da sociedade rural, contudo, sem realizar o dualismo rural/urbano, mas articulando-os como faces de um mesmo processo de desenvolvimento. Assim, não abre mão de uma perspectiva crítica de certas ações intervencionistas que chamou de antidesenvolvimento rural.

[3] Ressalta-se que NAVARRO (2001) inicia sua exposição demonstrando as diferenças ou posicionando melhor o sentido de desenvolvimento agrícola/agropecuário, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local. Assim, sustenta que apesar das noções ideológicas que possam representar são termos interdependentes em decorrência da multifuncionalidade do significado de rural.

Em VEIGA (2001) identifica-se o apoio em uma premissa Schumpeteriana para evocar o dinamismo dos territórios rurais, pois:

> *Afinal são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de uma nova produção e sucesso (VEIGA, 2001, p. 107).*

ARRIGHI (1997) propõe uma outra interpretação sobre o uso de recursos ditos escassos, à medida que centraliza sua abordagem no grau de acesso aos recursos no interior dos paises semiperiféricos na relação de apropriação de riqueza[4] (riqueza oligarquia e riqueza democrática) com o núcleo orgânico e a periferia, portanto:

> *Se todos os esforços humanos de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente e se todos os seres humanos tivessem oportunidades iguais de usar os recursos escassos, todos os povos poderiam usufruir do tipo de domínio sobre os recursos que já é usufruído, em média, pelos povos da semiperiferia. Na realidade, entretanto, o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos (ARRIGHI, 1997, p. 218).*

Com base em estudos da OCDE que demonstram o dinamismo econômico em áreas rurais maior que em áreas urbanas, VEIGA (1997) enfatiza a polivalência ou o

[4] ARRIGHI (1997) utilize-se de HARROD (1958) para distinguir 2 tipos de riqueza pessoal (oligárquica e democrática) aplicando-os a teoria das trocas desiguais e reconhecendo que os recursos são escassos em sentido absoluto e relativo para justificar a existência de um "golfo intransponível" nas relações entre núcleo orgânico, semiperiferia e periferia. Assim, "*A riqueza democrática é o tipo de domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. A riqueza oligárquica, em contrapartida, não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intenso e eficiente são seus esforços*" *(ARRIGHI, 1997, p. 216).* Evidencia neste conceito a exclusão e exploração que se manifestam na relação entre Estados nacionais, basicamente as condições desfavoráveis que os Estados nacionais semiperiféricos e periféricos se inserem na divisão internacional do trabalho.

grau de diversificação das economias regionais como elementos fundamentais para garantir eficiência, contudo, como NAVARRO (2001), não se desvencilha do impulso que o poder público pode realizar. VEIGA (1997) se posiciona contrário à especialização das áreas rurais. Isso provocaria enclave e pouco contribuiria para o desenvolvimento rural, à medida que, orientação para "maximizar as manchas de dinamismo" torna-se estratégico e crucial, assim, os sistemas produtivos locais ou *cluster* representariam mecanismos dinâmicos que teriam impactos na geração de emprego e renda, conforme VEIGA (2001, p. 109):

> *[...] como concentrações espaciais de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para compartilhar coletivamente tanto oportunidade quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrência inovadora e chance de cooperação. [...] podem dar origem a um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que tendem a estimular uma outra trindade fundamental para o dinamismo econômico: a combinação de concorrência com cooperação; a combinação de conflito com participação e a combinação do conhecimento local e prático com conhecimento científico.*

Do ponto de vista teórico no campo das ciências econômicas, particularmente na microeconomia, esta abordagem pode ser apreendida melhor em PRADO (2006) que apresenta uma discussão metodológica no âmbito de uma visão de complexidade que denomina de microeconomia sistêmica. Dessa maneira, o que deve prevalecer não são as leis naturais de equilíbrio, pois se referem a modelos estáticos. Segundo, PRADO (2006) há um deslocamento da posição de equilíbrio quando o fenômeno econômico é observado em uma perspectiva dinâmica, portanto, a condição de equilíbrio é algo emergente no modelo dinâmico do microeconomia sistêmica. Privilegiam-se as relações sociais que conseqüentemente levariam os agentes econômicos a uma opção de maximização que permitisse reciprocidade, ou seja, que estimulassem, no longo prazo, a cooperação em prol do bem-estar geral. Portanto, propõe-se a substituição do *homo economicus* pelo *homo reciprocans*.

Em DESJARDINS et al (2003), também se percebe a identificação de dinâmicas de produção locais que denomina de "*Local Agri-food Systems*" que este autor associa a trajetória de desenvolvimento na América Latina às unidades produtivas familiares. Baseia-se em elementos como vantagens competitivas e eficiência como indicadores de acesso dessas unidades produtivas ao mercado global, mas enfatiza os aspectos relacionados à capacidade de ação coletiva e envolvimento dos atores nos processo de qualificação e produtivos, assim: "*These elements could provide a rationale as regards the categorization of clusters according to their efficiency"* (DESJARDINS et al, 2003, p. 1). Em tese, o autor introduz a noção de desenvolvimento rural em uma perspectiva de equilíbrio parcial Marshaliano e Neo-Marshalianos ao enfocar as experiências dos sistemas produtivos locais, articulando-o com uma visão de economia institucionalista.

> *Proximity of values and behaviours lowers transactions costs, thus fostering a better resource allocation and a better efficiency of market transactions that may unfold between district actors (firm as well as employees): trust they feel toward each other minimizes the cost or opportunism, or of the contractual devices designed to remedy them. However, it does have also a specific impact on resource creation or innovation: knowledge diffusion and innovation are enhanced by the existence of a tight network of relationships between actors (DESJARDIN et al, 2003, p. 53).*

Esse enfoque analítico pode ser comparado às premissas de uma corrente de pensamento sobre conceito de sustentabilidade, em que TOMMASINO et al (s/d) inclui autores como José Eli da Veiga, cuja compreensão diz "*que a produção familiar é capaz de resistir e reproduzir-se em condições de mercado. Quer dizer, que a produção familiar tem a capacidade de adaptação e apresenta vantagens frentes às empresas agrícolas capitalistas*" (TOMMASINO et al, s/d, p. 7). Os arranjos institucionais e a possibilidade de maximizar competitividade do agronegócio e em contrapartida maximizar o desenvolvimento humano das messoregiões rurais seriam fundamentais para promover o desenvolvimento rural (VEIGA, 2001).

Normalmente permeia essa noção de desenvolvimento rural descrita anteriormente, influenciada pelos distritos industriais marshalianos, a concepção de

capital social. Inclusive é importante ressaltar que se observa bastante confusão no uso deste conceito, quando se articula a visão de Bourdier com Coleman e Putnam de maneira direta. Contudo, isto não é objeto de discussão neste momento, mas a visão de capital social pode ser mais bem avaliada a partir de SOMMERS (2005, p. 6):

> *These readings of social capital have more the whiff of a romantic* ***desiderata*** *than a real marriage, and one with a glaring imbalance in the distribution of desire and power between the two lovers. While most economists are merely indifferent, sociologists are recklessly infatuated. But is it because we believe that social capital truly represents something innovative and new? I don't think so. Instead it is because of the deeper meaning we take from the intellectual accomplishments attributed to the social capital concept. It is that this embrace of the social embodies on multiple levels the surrender by economists to the constitutive role of society, of social relations, of social networks: as deserving members of that privileged circle of endogeneity made up of utility-maximizers, rational actors and their preference; as necessary for market efficiency, sustained market-driven global economic growth, even for successful capitalist democratization projects.*

Por fim, SILVA (2001) faz uma exposição que anuncia um novo rural. Em TOMMASINO et al (s/d), observa-se uma clara referencia a proposição de SILVA (2001) sobre viabilidade da produção camponesa quando diz que este autor:

> *Entende que existem dois "estereótipos" que se tem consolidado. Um constituído pelo que denomina de "produtor de subsistência", que desenvolve uma economia de excedentes, onde os custos são flexíveis e outro, que denomina produtor familiar "eficiente", que responderia a pressão de custos sobre os preços dos produtos agrícolas com o aumento dos rendimentos físicos por unidade de área. Além destes dois tipos, identifica um novo, part time ou "pluriativo", predominante hoje nos países desenvolvidos e em regiões do Sul do Brasil (TOMMASINO, s/d, p. 7).*

Esta demarcação proposta por SILVA (2001) que o rural não é predominantemente agrícola, portanto, que a ocupação rural não-agrícola - ORNA – vem ganhando espaço nesses últimos anos, conforma um maior dinamismo para um tipo de agricultura familiar pluriativa. No entanto, isso coloca o novo rural dependente da

urbanização, porque o crescimento da ORNA depende da demanda da população urbana. Contudo, para SILVA (2001) a ausência de desenvolvimento da ORNA implica em situações de "atraso" em determinadas áreas rurais. Isso ocorreria devido à baixa capacidade de reinserção produtiva das famílias rurais pobres em áreas nas quais as novas atividades agrícolas e a ORNA estiverem pouco desenvolvidas. Para essas regiões restariam políticas de renda mínima e transferência via previdência social.

Ao mesmo tempo, SILVA (2001) enfatiza que a ORNA não é solução para o desemprego, inclusive justificando esta afirmação por meio de indicadores que demonstram que o emprego agrícola decaiu nos anos 90 e que há preocupação sobre a qualidade do emprego da ORNA, muitas vezes trabalhos precários que somente ampliam o agregado social. KUPFER (2005) mostra que o comportamento do emprego entre os anos 1990 e 2001 foi altamente desfavorável para os trabalhadores do setor agropecuário. Segundo, este autor houve eliminação de mais de 3 milhões de emprego decorrente da incorporação de tecnologia ao setor agropecuário, sendo que isto "*equivale a uma perda de 94% do saldo de emprego gerados no período*" (KUPFER 2005, p. 258). Esses dados demonstram que o setor mais dinâmico na geração liquida de emprego foi o setor de serviços não-comercializáveis, cerca de 7,5 milhões de emprego.

Por fim, por um lado, observa-se em alguns autores, particularmente SILVA (2001) um sentido de que a agricultura tradicional é inviável. Inclusive a sua demarcação sobre os estereótipos revela certo grau de homogeneização na interpretação das condições de reprodução econômica e social da agricultura familiar nas diversas regiões do país. Isso muitas vezes implica em desconsiderar o padrão organizativo e a mobilização social sobre as esferas governamentais. Por outro lado, mesmo a proposição que assume a agricultura familiar como viável se baseia na apropriação de uma argumentação economicista que na maioria das vezes esta distante da realidade do mundo rural brasileiro. Claro, desde que se assuma o caráter nacional de um projeto voltado para a agricultura. No entanto, caso seja voltada para os *clusters* **incompletos** o desenvolvimento rural no Brasil continuará sendo profundamente desigual.

4. Considerações Finais

Há convergência entre as abordagens em pelo menos um ponto, mesmo que haja diferenças estratégicas e o grau de permanência, diz respeito ao papel do Estado. Há o reconhecimento de que se mantém importante à intervenção estatal, ou mesmo de um público ampliado, como instrumento de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento rural. No entanto, reivindica-se uma nova institucionalidade, em decorrência da própria falência reguladora do estado nacional desenvolvimentista, principalmente pela aceleração da desestruturação do Estado brasileiro na década de 90 pelo frenesi liberalista. Conforme, já evidenciou GRANOVETTER (2006), o caminho não parece ser o funcionalismo da nova economia institucional, contudo, reinterpretar o movimento das relações sociais e de produção contemporâneas em amplas dimensões (econômica, social, política e ambiental) pode ser um bom caminho para iniciar esse desafio. Assim, deve se perceber que [...] "*sobre as relações Estado e mercado, que as "considerações de riqueza" e as "considerações de poder" não podem ser reduzidas e dissolvidas uma na outra, como na síntese histórica dominante, mas devem ser vistas como pólo em permanente tensão*". (MEDEIROS, 2001, p.77)

5. Bibliografia.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. O Longo Século XX. São Paulo: Contraponto;UNESP, 1996.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1997, p. 33-55.

BANCO MUNDIAL. Alcanzando a los pobres rurales: novas estratégias de desenvolvimento rural, 2000.

DESJARDINS, Denis Requier et all. Globalization, competitive advantages and the evolucion of production systems: rural food processing and localized agri-food systems in Latin-American countries. Entrepreneurship & Regional Development, 15, 2003, p. 49-67.

DUPAS. Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 131-169.

FIORI, José Luis. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In FIORI, J. L. (Orgs.) Polarização mundial e crescimento. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 39-76.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974, p. 77-117 (Capítulo II, III e IV).
GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE-Eletrônica, FGV, v. 6, n. 1, 2007, 40 p.
INSTITUTO DE ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? São Paulo: IEDI, 2005, 29 p.
POLANYI, Karl (1944). A grande transformação. São Paulo: Editora Campus, 2000.
KUPFER, David. Tecnologia e emprego são realmente antagônicos? In SICSÚS, João et al (Orgs.) Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 239-270.
MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In FIORI, J. L. (Orgs.) Polarização mundial e crescimento. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 77-102.
NASSIF, André. Há evidencias de desindustrialização no Brasil? Brasília: IPEA, 2006, 38 p. (Textos para Discussão n. 108).
NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados da USP, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, volume 15, nº 43, 2001, p. 83-120.
NORTH, Douglass C. Custo de Transação, Instituições e Desempenho Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
PRADO, Eleutério. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. Revista Nova Economia, Belo Horizonte – MG, nº 16, p. 303-322, 2006.
ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p 18-51.
SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Revista Estudos Avançados da USP, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, volume 15, nº 43, 2001, p. 31-36.
SOMMERS, Margaret R. Let them eat social capital: socializing the market versus marketizing the social. These Eleven, 81, SAGE Publications, 2005, p. 5-19.
TOMMASINO, Humberto, et al. Qual a sustentabilidade? Desacordo e controvérsias conceituais, s/d.
WALTER, Belik. O emprego rural nos anos 90. In PRONI, Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês. Trabalho, Mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP/IE UNICAMP, 2003, p, 153-198.